



por um futuro sem venenos

A visão da IPEN sobre

Controles Globais de Plástico

Aprovado pelo Comitê Diretivo do IPEN

Novembro de 2021

A produção, o uso e a gestão do fim de vida útil do plástico ameaçam o meio ambiente e a saúde humana com a exposição a produtos químicos tóxicos. A proteção de mulheres, crianças e comunidades em países de baixa e média renda que são particularmente vulneráveis aos impactos dos plásticos é uma prioridade. A IPEN reconhece a necessidade de um novo acordo global que aborde os plásticos e produtos químicos associados, que deve incluir recursos financeiros novos e adicionais sustentáveis e complementar as convenções e estruturas internacionais existentes. As negociações devem reconhecer a importância de não desviar recursos de compromissos sobre poluição química legada, como a gestão de estoques de PCBs e restrições ao comércio de resíduos de POPs, em favor de um novo acordo.

Um novo acordo global legalmente vinculante deve responsabilizar jurídica e financeiramente os poluidores, fornecer reparações às comunidades afetadas e mitigar os impactos tóxicos que os plásticos e seus aditivos tóxicos têm no desfrute dos direitos humanos ao longo de seu ciclo de vida, particularmente nas comunidades que são as menos responsáveis pela produção de plásticos. O aumento projetado da produção de produtos químicos e plásticos impede a realização das Metas de Desenvolvimento Sustentável para 2030. A negociação do acordo requer uma participação aberta, transparente e inclusiva significativa da sociedade civil e das comunidades mais afetadas pelos impactos prejudiciais dos plásticos.



Objetivo principal: Eliminar o impacto tóxico dos plásticos ao longo de seu ciclo de vida - produção, uso e descarte.

Novembro de 2021

Um novo acordo sobre os plásticos e produtos químicos deve abranger os seguintes aspectos:

PRODUÇÃO

A solução chave para enfrentar o impacto dos plásticos é reduzir a produção e proibir o uso e a adição de produtos químicos perigosos. A transformação de combustíveis fósseis em resinas plásticas e aditivos causa emissões tóxicas nas comunidades vizinhas. Os plásticos que são produzidos com aditivos tóxicos, sejam eles fósseis ou não, não podem fazer parte da “economia circular” e devem ser eliminados gradativamente. Os programas de responsabilidade ampliada dos produtores também devem assegurar, através de impostos, taxas e programas de devolução de depósitos, que os produtores de plástico assumam total responsabilidade pelo impacto de seus produtos ao longo de seu ciclo de vida e sejam financeiramente responsáveis por minimizá-los.

UTILIZAÇÃO

Para conter os impactos negativos dos plásticos à saúde e ao meio ambiente, os usos essenciais devem ser identificados e os usos não essenciais devem ser eliminados. Os plásticos restantes devem ser livres de produtos químicos perigosos e projetados para durabilidade e reutilização.

TRANSPARÊNCIA

Os dados sobre produtos químicos usados e adicionados aos plásticos devem estar disponíveis ao público durante todo o seu ciclo de vida, inclusive através de rotulagem, fichas de segurança de materiais e bancos de dados. As quantidades de plásticos produzidos, importados, exportados e descartados devem ser monitoradas e os dados devem estar disponíveis publicamente para todos.

FIM DA VIDA ÚTIL

A gestão dos estoques atuais de plásticos não deve liberar produtos químicos tóxicos, lixo plástico ou contribuir para a mudança do clima. Somente plásticos que não contenham produtos químicos tóxicos devem ser reciclados. Plásticos não circulares (aqueles que contêm aditivos tóxicos) devem ser identificados, segregados e descartados com segurança. A exportação de resíduos plásticos para fins de descarte deve ser proibida e sistemas nacionais eficazes de coleta e reciclagem devem ser financiados. A queima de resíduos plásticos ou combustíveis derivados associados para energia em fornos de cimento, incineradores ou outras tecnologias de combustão não é circular, renovável nem sustentável e deve ser proibida.

FINANCIAMENTO DA EXECUÇÃO E CONFORMIDADE

Um novo acordo deve gerar recursos financeiros novos e adicionais sustentáveis para sua implementação, incorporando apoio técnico e treinamento para apoiar os países em desenvolvimento e economias em transição. A sociedade civil deve poder ter acesso ao financiamento. Um mecanismo de revisão e cumprimento deve ser estabelecido para assegurar que os objetivos do acordo sejam alcançados.